

DIREITO DA ÁGUA

Água, uma preocupação mundial*

Raymundo José Santos Garrido

RESUMO

Trata do gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, partindo de uma breve avaliação da degradação ambiental dos principais ecossistemas no mundo, tecendo comentários sobre sistemas de gestão do uso da água em alguns países para, em seguida, traçar uma retrospectiva histórica dos aspectos legais e institucionais do setor no Brasil. Apresenta comentários sobre o Código de Águas de 1934 e procura demonstrar o caráter de organização administrativa de que se reveste a atual legislação brasileira para o setor, informando, assim, sobre os traços mais significativos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

PALAVRAS-CHAVE

Meio ambiente; Direito Ambiental; Direito da Água; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei n. 9.433/97; bacia hidrográfica; poluição; degradação ambiental.

ABSTRACT

This paper deals with the generation of water resources in Brazil. It begins with a brief evaluation of the environmental degradation of the world's main ecosystems. It presents comments on water use management systems in some countries and then looks in retrospect at legal and institutional aspects in relation to this issue in Brazil. It also comments upon the 1934 Code of Waters and seeks to portray the nature of the administrative structure of current Brazilian legislation on this issue. In light of this, it provides information on some of the most significant aspects of the National Water Resource Management System.

KEYWORDS – Environment; Environmental Law; Water Law; National Water Resource Management System; Law n. 9.433/97; hydrographic basin; pollution; environmental degradation.

Raymundo José Santos Garrido é Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Engenheiro Civil.

* Texto produzido pelo autor, baseado em conferência proferida no Seminário Internacional "Água, bem mais precioso do milênio", promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 17 a 19 de maio de 2000, em Brasília-DF, no auditório do Superior Tribunal de Justiça.

As pessoas nascidas depois do final da Segunda Grande Guerra até esta data – que correspondem a cerca de 80% da população do globo terrestre – têm assistido, em seu cotidiano, ao resultado da produção econômica virtualmente ininterrupta, gerando lucros, bem-estar social, mas também impondo enormes sacrifícios à base de recursos naturais.

Assinale-se que tudo quanto foi produzido, desde o início da civilização até o ano de 1950, praticamente foi quintuplicado, à escala planetária, em apenas cinco décadas, que correspondem à segunda metade do século que está por findar-se. Isso significa dizer que, se se tomar como aceitável um crescimento linear dessa produção, o homem terá produzido, em cada uma das últimas cinco décadas, tudo quanto foi produzido desde o início da civilização até o final da primeira metade deste século.

O aumento da produção de alimentos, que pode ser um indicador bastante significativo dessa produção econômica, seguindo a escalada da demanda resultante do crescimento populacional e outras transformações demográficas, provocou e estimulou o desenvolvimento de novas técnicas que permitiram que a produção de grãos no mundo, entre aquele ano de 1950 e meados dos anos 80, aumentasse em 2,6 vezes. Isso significa um crescimento médio anual da ordem de 4,7%, aqui também considerando a linearidade no comportamento desse indicador. Talvez nunca uma geração tenha testemunhado lucros tão elevados como os que vêm resultando dessa atividade econômica incessante. Mas não é menos verdade, também, que tamanhos lucros não devam ser motivo de comemoração, pois é perceptível uma certa sensação da coisa ilusória, um sentimento de que se exagerou na importância do crescimento econômico e do progresso técnico. Os métodos utilizados no cálculo para avaliar-se o crescimento nacional dos países levam em conta a depreciação de máquinas, equipamentos, prédios e outros ativos dos agentes econômicos, deixando, entretanto, de fora, o cálculo do esgotamento do capital natural. Como resultado desse processo, vêem-se, hoje, as terras agricultáveis tendo reduzida em 20% a sua capacidade de reproduzir, indicador tomado à escala mundial.

O mencionado percentual de 4,7% relativo ao crescimento anual da produção de grãos passou a descender a partir de meados dos anos 80, porque os campos, cansados da repro-

dução repetida em razão das facilidades trazidas pelos métodos de irrigação, começaram a apresentar sinais de fadiga, e o proprietário da terra teve de buscar soluções em terrenos cada vez mais distantes do mercado consumidor, travando uma verdadeira luta, em condição de inferioridade, contra o conceito da renda diferencial da terra. As áreas sobreexplotadas, já exibindo sua superfície como que “em carne viva”, passaram, a partir daí, a oferecer percentuais de crescimento da produção de grãos a taxas inferiores a 0,8% ao ano.

No início dos anos 60, era comum afirmar-se que, enquanto a população do mundo crescia em progressão geométrica, a produção de alimentos apenas crescia em progressão aritmética e que um dia haveria de chegar em que a demanda por comida seria muito superior à oferta, reproduzindo o que escrevera Malthus em candentes páginas que caracterizam o que a literatura econômica convencionou chamar de “crepúsculo malthusiano”.

As florestas tropicais do planeta encontram-se degradadas em uma proporção que já deve superar os 20%, arrastando consigo uma riqueza muito especial que é a biodiversidade presente nesse tipo de ecossistema. Note-se que entre as florestas úmidas do mundo, apenas a Amazônica, a porção ocidental da África Central e as ilhas do conjunto da Papua Nova Guiné podem ainda ser consideradas sistemas até aqui pouco perturbados.

A camada de ozônio, cujo comprometimento já alcançou, em alguns anos, o preocupante espaço de 27.000 km²; portanto, mais de três vezes o tamanho do território brasileiro, também padece dos efeitos da emissão de produtos resultantes da atividade econômica, as partículas de cloro-flúor-carbono, que destroem esse manto protetor da superfície terrestre contra a incidência de raios ultravioletas, gerando consequências ainda não precisamente medidas, mas que podem ser bastante graves para a saúde humana.

Os índices de emissão de dióxido de carbono cresceram em mais de 15%, “cutucando com vara curta” o efeito estufa e, certamente, preparando o palco para verões cada vez mais quentes, o que a humanidade já vem enfrentando. Rios poluídos, lagos em desaparecimento, florestas destruídas, aquíferos irremediavelmente comprometidos na sua qualidade, tudo isso é subproduto do progresso que a atividade econômica tem sido capaz de causar. As águas, superficiais e subterrâneas, parte importantíssima da base de re-

ursos naturais, também receberam e padeceram da imposição desses efeitos perversos do crescimento desenfreado da atividade produtiva.

Ainda no que concerne aos recursos hídricos, a experiência mundial tem mostrado que, em geral, três fatores têm concorrido para a necessidade do seu gerenciamento. O primeiro deles é o dos eventos extremos, ou seja, os episódios críticos. De um lado, as secas em algumas regiões, como é o caso do nordeste do Brasil e, de outro, as inundações em outras partes do território que, por sua continentalidade, despoja toda uma variedade de climas.

O segundo fator é o da poluição dos corpos d’água. Rios, lagos e aquíferos de toda sorte, contaminados pelos rejeitos da atividade econômica, pela eliminação de efluentes das ações urbanas e rurais, têm respondido silenciosamente ao usuário das águas, mostrando que, uma vez comprometidos em sua qualidade, já não mais se prestam, como manancial degradado que se tornaram, para a utilização econômica e social, impondo ao próprio homem – que passa a ser a grande e reflexiva vítima de sua ação – a necessidade de trazer a água de distâncias cada vez maiores, com isso onerando os custos do abastecimento.

O terceiro fator, que decorre dos dois primeiros, são os conflitos entre os usuários competidores pelos recursos hídricos. Esse fenômeno ocorreu, primeiramente, no oeste americano nas primeiras décadas do século XX, para mais tarde acontecer nos países da Europa e, mais recentemente, em países sul-americanos. A experiência brasileira vem do final dos anos 70, quando o debate ganhou desenvoltura no seio da sociedade brasileira.

No caso dos Estados Unidos, é mais significativa a experiência vivida em toda a faixa de terra que vai da margem direita do Rio Mississippi até o Oceano Pacífico, onde prevaleceu e prevalece até estes dias a doutrina da apropriação, segundo a qual o primeiro usuário que da água faz uso tem a prevalência de suas necessidades sobre as dos demais, contrastando com o que se passa na porção leste, isto é, da margem esquerda do Mississippi até a franja atlântica, onde a doutrina ripariana, privilegiando os usuários ribeirinhos, é dominante. A experiência do oeste americano empunhou, como é característico daquele país, a bandeira do mercado, baseado na cobrança pela utilização dos recursos hídricos e nas possibilidades sempre presentes das transações de certificados de direito de uso da água entre usuários,

dentro de uma mesma bacia hidrográfica ou mesmo entre bacias hidrográficas diferentes. Ao ressaltar a primazia do elemento mercado, essa experiência mostra, com toda a clareza, que a água, por sua escassez, constitui um bem econômico e, como tal, dotado de valor econômico, o que serve de base para as referidas transações pelo seu uso para a atividade produtiva.

Uma outra experiência digna de nota é a francesa, que serviu, em grande medida, de inspiração para todo o arcabouço legal e institucional estabelecido no Brasil. Com um território de dimensões menos avantajadas, quando comparado ao brasileiro, do tamanho do Estado de Minas Gerais e, sendo país unitário, onde as disputas federativas inexistem, a França criou um modelo baseado nas agências financeiras de bacia, mais recentemente denominadas agências de água, que exercem o papel de secretarias executivas de comitês de bacias hidrográficas, estes o verdadeiro parlamento da água no espaço da bacia hidrográfica e que, mediante um sistema rigoroso de cobrança pela utilização dos recursos hídricos, estabeleceram mecanismos tendentes a sinalizar para o usuário o real valor econômico que a água tem, induzindo-o a uma conduta racional, quando da tomada de decisões sobre o consumo desse líquido tão precioso.

Naquele país, as bacias se apresentaram, cada uma, com uma vocação mais forte: Adour-Garonne, no sul, com a inclinação nítida de uma bacia agrícola; a bacia do Seine-Normandie, na região da capital, com uma vocação muito clara para os problemas urbanos e dotada de uma base industrial importante; a bacia do Loire Bretagne, estendendo-se desde a parte central do território até a costa próxima ao Canal da Mancha, com forte atividade de suinocultura em sua parte baixa; a bacia do Rhône-Méditerranée-Corse, na região de Lyon, desposando quase por inteiro a vocação para a indústria química; no norte-nordeste, as bacias do Artois-Picardie e do Rhin-Meuse, voltadas para uma variedade de atividades, incluindo a indústria e o meio urbano. O programa de ação nessas regiões hidrográficas é guiado pelos planos plurianuais que estabelecem os investimentos a serem realizados e são aprovados por seus respectivos comitês.

O Brasil tirou grande proveito dessa experiência, adequando cada elemento da mesma à sua realidade. Com um território tão gigantesco e, sobretudo, associado a uma diversidade

Rios, lagos e aquíferos de toda sorte, contaminados pelos rejeitos da atividade econômica, pela eliminação de efluentes das ações urbanas e rurais, têm respondido silenciosamente ao usuário das águas, mostrando que, uma vez comprometidos em sua qualidade, já não mais se prestam, como manancial degradado que se tornaram, para a utilização econômica e social (...)

de fisiográfica, hidrográfica, geomorfológica, hidrológica e socioeconômica, o Brasil deixou de aplicar muitos dos dispositivos encontrados no modelo francês, mas a essência do método é quase a mesma: a da gestão descentralizada e participativa, centrando as decisões no comitê da bacia, tomada como unidade de planejamento.

A experiência espanhola, baseada nas confederações hidrográficas, criadas desde o início do século que está por terminar, carrega consigo uma significativa dose de centralismo governamental, pois seguem o receituário do *Plan Hidrológico*, aprovado pelo Governo. É verdade que, nos anos recentes, o debate nas confederações passou a aproveitar a grande contribuição que a sociedade civil e os usuários podem dar. Algumas confederações, como a do Tejo, a do Júcar, do Ebro e outras, começam a dar sinais de uma gestão menos centralizada e mais participativa.

O modelo inglês não chegou a servir de lição ao Brasil, porque, em seu conceito mais geral, agregou à água bruta um produto final, que é a água tratada, e situou todo o conjunto de decisões em torno da chegada da água na torneira, isto é, teve como alvo principal o usuário da água potável, com isso descaracterizando a gestão da água

bruta, na qual o conceito de usuários múltiplos é um dos pontos sagrados.

No Brasil, o marco histórico, institucional, legal, da gestão de recursos hídricos é o Código de Águas, de 10 de julho de 1934, que, apesar de estar em vigência há 66 anos, ainda é considerado pela doutrina jurídica como um dos textos modelares do Direito positivo brasileiro.

O Código teve seus estudos iniciais apresentados ao Governo pelo Prof. Alfredo Valadão em 1907, tendo sido imediatamente enviado ao Congresso Nacional, onde foi votado e aprovado em dois turnos de votação na Câmara Federal, para depois "dormir" nas prateleiras do Senado até o ano de 1934, quando viria a ser decretado pelo Presidente Getúlio Vargas e seus ministros. O tempo que passou entre 1907 e 1934 serviu para que se incorporasse ao Código de Águas novas normas jurídicas surgidas durante o período que sucedeu à Primeira Grande Guerra, de 1914/1918, e, mais tarde, com o episódio e as consequências da quebra da Bolsa de Valores de New York em 1929. Por isso, o Código contém essencialmente dois tipos de dispositivos: o primeiro, desposando o estágio da evolução do Direito positivo do início do século, época em que foi aprovado o Código Civil de 1917, quando prevalecia, nas relações sociais, o interesse e a vontade privados na intersubjetividade particular. A população brasileira da época era pequena para a mesma quantidade de água que se tem hoje e, por isso, alguns dispositivos do Código ocupam-se em emitir normas de conduta sobre o Direito da água, tais como, por exemplo: *Proprietários de águas acima não podem reter essas águas, prejudicando proprietários de águas abaixo*, ou seja, aspectos inerentes à essência do Direito do indivíduo e da organização em relação à água.

Mas é o mesmo Código, com a incorporação de novas normas jurídicas durante o período que se estendeu até 1934, que exalta o papel centralizador do Estado brasileiro, próprio do início dos anos 30, quando o Brasil, buscando romper com o estágio que prevaleceu até o final do século imediatamente anterior – de economia estritamente agrária –, para abraçar a causa do desenvolvimento industrial, precisava promover a geração de energia para alimentar o equipamento fabril e se defrontava com uma riquíssima trama fluvial, de todo convidativa, para, em pontos bastante favoráveis, promover a geração de energia baseada no movimento das águas superficiais.

É por isso que, desde os anos 30 até meados dos 60, prevaleceu no Brasil a força e o domínio do setor hidroelétrico na utilização e na própria gestão dos recursos hídricos de superfície. Mas, durante esse mesmo período, as transformações socioeconômicas, motivadas pelo processo de industrialização do País, vieram a modificar esse cenário. A primeira dessas transformações foi a demográfica, com um vertiginoso crescimento da população brasileira que, nos anos 50, estava ao redor dos 40 milhões de pessoas e hoje supera os 160 milhões de pessoas. Associadas ao aumento populacional estão as migrações de famílias das zonas rurais para o meio urbano, levando para este último o inchaço, dada a falta de infra-estrutura para acolher as pessoas chegadas do campo.

A segunda transformação relevante foi a própria industrialização, iniciada de forma mais significativa a partir dos anos 30 e que passou a exigir do setor elétrico a construção de um grande parque de hidroelétricas para, conforme já referido, alimentar o equipamento industrial.

Ora, o crescimento da população urbana, com o conseqüente aumento da demanda por produtos, em especial por alimentos, deu lugar ao florescimento do princípio dos usos múltiplos, porque alguns setores – e o carro-chefe desse processo foi a agricultura irrigada – passaram a apresentar seus reclamos contra a assimetria de tratamento que era conferida pelo Poder central aos diversos usuários da água, privilegiando de todas as formas o setor hidroenergético. A partir desse debate, os diversos usuários da água passaram a exercer suas demandas, buscando uma repartição de volume que, tanto quanto possível, contemplasse as necessidades de todos.

A evolução desse quadro iria desaguar na necessidade da revisão da legislação do setor, para que se incorporassem aspectos da organização administrativa para a gestão do uso dos mananciais no Brasil. E isso porque a crescente demanda por água implicou a necessidade do estabelecimento de critérios de repartição que ainda não estavam escritos em nenhum texto legal.

Os fatores que costumam indicar a necessidade da gestão faziam-se cada vez mais enfaticamente presentes na realidade brasileira. São eles: os eventos extremos (secas e inundações), a contaminação dos corpos d'água e os conflitos entre os usuários competidores. Ao chegar o ano de 1978, os conflitos estavam alcançan-

do estágio insuportável. O Governo Federal, por meio de portaria interministerial, criou o Comitê de Estudos Executivos para as Bacias Hidrográficas no Brasil, matriz que deu origem ao surgimento dos primeiros grandes comitês brasileiros: o Ceeivap, na bacia do rio Paraíba do Sul; o Ceeipema, do Paranapanema; o Ceeigrande, do rio Grande, ao sul de Minas Gerais; o Ceeivasf, do rio São Francisco; o Ceeiverde, do rio Verde Grande; e o Ceeidoce, da bacia do rio Doce, que se estende pelos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo.

Esse debate se arrastaria durante os anos 80 até a promulgação da atual Constituição Federal, que viria a estabelecer os domínios das águas brasileiras: o da União e o dos estados. Em seguida viriam as Constituições estaduais e as primeiras leis de organização administrativa, tendo sido o Estado de São Paulo o que partiu na frente dos demais, promulgando, em dezembro de 1991, a Lei n. 7.663, no que foi seguido por vários estados, sendo hoje dezessete o número de leis estaduais para o setor, além da Lei Federal n. 9.433, de janeiro de 1997.

Essas leis, dada a diversidade fisiográfica e socioeconômica do Brasil, procuram cingir-se a elementos básicos, proclamando princípios de gestão, criando instrumentos de política e dotando o Brasil de um arcabouço institucional capaz de promover a aplicação dos instrumentos de política, em obediência aos princípios do setor.

Sem o objetivo de aprofundar, neste espaço, os comentários sobre cada um dos princípios, seguem-se os seus aspectos mais relevantes. O princípio da bacia hidrográfica como unidade de planejamento foi muito questionado, no início, em razão de não abranger as águas subterrâneas, mas veio a ter as dúvidas dissipadas, quando optou-se, harmonicamente, pela eleição do conceito de "bacia holística", ou seja, aquela que congrega todo o conjunto, toda a universalidade dos problemas que estejam em bacias colidentes e em camadas subjacentes do solo.

O segundo princípio, já mencionado aqui na retrospectiva histórica, é o dos usos múltiplos da água, segundo o qual a água, em princípio, deve estar equidistante em termos de oportunidade a todos os usuários, sendo a vocação de cada bacia o fator indicativo de vazões distintas para diferentes usos.

O reconhecimento da água como bem econômico é a essência do terceiro princípio, fato que decorre de

situações de escassez e que implica a necessidade da cobrança pelo uso da água. A cobrança é o instrumento capaz de promover o equilíbrio entre as forças que comandam a oferta e a demanda por água, o que, na verdade, não é novo na história do homem que, sempre que se defrontou com situações de escassez de um bem, foi oferecendo-o à lei da demanda e da oferta, para que esta lhe impusesse um nível de preços, com o qual ele conseguiu harmonizar os interesses entre essas forças que comandam demanda e disponibilidade. O homem, com o tempo, criou as ciências econômicas, que comandam e presidem a tomada de decisão da vida moderna com leis, normas, regulamentos e princípios próprios.

O quarto princípio, o da gestão descentralizada e participativa, tem na descentralização a seguinte filosofia: o gerenciamento de recursos hídricos deve ser feito nos níveis hierárquicos de governo mais baixos e apropriados. Em outras palavras, o que pode ser resolvido na área da bacia hidrográfica não deve ser decidido na capital do Estado ou do País por órgãos mais elevados na hierarquia do serviço público. E a participação constitui o processo mediante o qual os usuários da água e os representantes de segmentos da sociedade civil participam do processo de tomada de decisão sobre investimentos, programas e campanhas que devem ser realizadas no espaço da bacia hidrográfica.

No que se refere aos instrumentos de política, relacionam-se: os planos de bacia, que são o documento programático do setor na área de planejamento; a outorga do direito de uso da água, que é a autorização dada pelo poder outorgante ao usuário, assegurando o direito deste ao uso da água; o enquadramento dos corpos d'água em classes de usos preponderantes, que é um elemento que liga a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, e que não tem apenas o significado de se promover a classificação de rios pura e simplesmente, sendo antes o estabelecimento de compromisso com um determinado nível de qualidade a ser alcançado em um horizonte de tempo previsto; o sistema de informações em recursos hídricos, que tem o objetivo de organizar, criticar e recuperar dados e informações que ensejam a decisão acertada, seja de parte do setor público, seja de parte do setor privado.

Finalmente, quanto ao arcabouço institucional, a lei estabeleceu uma série de elementos integrantes do Sis-

tema Nacional de Recursos Hídricos. Destaque deve ser dado aos comitês de bacias hidrográficas, que são o parlamento da água na área da bacia, ao qual se fazem presentes os usuários da água, a sociedade civil organizada e as esferas dos poderes executivos envolvidos. Nos comitês, discutem-se programas, aprovam-se os planos anuais e plurianuais, estabelecendo a conduta que deve ser seguida, por meio da agência de bacia, que tem a função de secretaria executiva do comitê.

A Administração Pública Federal acaba de alcançar, no que diz respeito aos recursos hídricos, a configuração final para esse setor. Trata-se da criação da Agência Nacional de Águas – ANA, resultante das orientações contidas na Reforma do Aparelho do Estado, uma relevante dimensão da reforma do próprio Estado brasileiro, que teve como objetivo contribuir para a atenuação da crise fiscal, além de rever o estilo de intervenção do Estado nos setores da economia e de procurar resgatar a capacidade de formulação e implementação de políticas do Estado.

A Reforma do Aparelho do Estado, desenvolvida pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado – Mare, estabeleceu quatro setores de atividades econômicas: o setor denominado núcleo estratégico, inerente à estrutura dos ministérios, voltado para definição, formulação, edição e acompanhamento/monitoramento das políticas públicas setoriais; o segundo setor, que agrega as atividades exclusivas do Estado e implicam a necessidade de um trabalho mais ágil, o qual se remete para as fundações e autarquias especiais, em que aparece a figura das agências reguladoras ou implementadoras, onde se situa a ANA; o terceiro setor, o de atividades não-exclusivas do Estado, para o qual a orientação básica foi a da terceirização, convidando-se a iniciativa privada, em especial as organizações sociais, para a parceria com os trabalhos do Governo; e o quarto setor, o de produção de bens e serviços, para o qual a orientação primordial foi a privatização.

Com esse novo quadro, a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, dentro da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, se desincumbe da tarefa da implementação da política do setor, passando a ocupar-se apenas da formulação dessas políticas. Além disso, a SRH mantém-se como secretaria executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tarefa na qual exercerá, dentre outras atribuições, a de buscar o aperfeiçoamento da legislação do

setor, além de elaborar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A atuação conjunta e harmoniosa da SRH e da ANA está cuidadosamente estudada, por meio da separação das atribuições. Em verdade, o fato de ser constituído por organismos com diferentes formatos institucionais faz do Sistema Nacional de Recursos Hídricos um conjunto tão rico que, certamente, em espaço de tempo não muito longo, permitirá a esperada agilidade de que se reveste o papel da ANA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, Lester R. A Ilusão do Progresso. *In*: BROWN, Lester (org.). Worldwatch Institute. *Salve o Planeta!* Tradução por Newton Roberval Eichemberg. São Paulo : Globo, 1990. 308 p.
- GARRIDO, Raymundo. A Panoramic View of Brazilian Water Resources Management. *In*: BISWAS, Asit K. London : Oxford Press. (no prelo).
- GARRIDO, Raymundo. O Combate à Seca e a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil. *In*: AGÊNCIA Nacional de Energia Elétrica. *O Estado das Águas no Brasil: Perspectivas de gestão e informação de recursos hídricos*. Brasília : Agência Nacional de Energia Elétrica, 1999.
- . Politique des Ressources en Eau au Brésil. *In*: OFFICE International de l'Eau. *Livre de Textes de la Conférence Mondiale de l'Eau*. Paris : Office International de l'Eau, 1998.
- POMPEU, Cid Tomanik. O Projeto de Lei Brasileiro para o setor de Recursos Hídricos. *In*: UNIVERSIDADE Católica do Salvador e CENTRO Interamericano de Recursos da Água. *XI Seminário Curso. Centro Interamericano de Recursos da Água*. Salvador : Universidade Católica de Salvador, 1996.